VOTO-VISTA

O SENHOR MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA:

1. Pedi vista dos autos para melhor análise do tema e das questões debatidas. Após detalhadamente examinado, restituo o feito para continuidade do julgamento.

2. O impetrante interpôs agravo regimental contra decisão mediante a qual o então Relator, Ministro Celso de Mello, denegou a segurança e, assim, manteve acórdão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, no Processo Administrativo Disciplinar nº 200910000019225, lhe aplicara a pena de aposentadoria compulsória.

3. Ao que interessa, anoto que o tema tratado neste *mandamus* guarda correlação com a querela solvida por esta Turma no julgamento dos Mandados de Segurança nº 28.743/DF, nº 28.799/DF, nº 28.801/DF, nº 28.802/DF e nº MS 28.892/DF, impetrados por Maria Cristina Oliveira Simões, Graciema Ribeiro de Caravellas, Antônio Horácio da Silva Neto, Juanita Cruz da Silva Clait Duarte e Marcos Aurélio Reis Ferreira, contra decisão do Conselho Nacional de Justiça que, no âmbito do Processo Administrativo Disciplinar nº 0001922-91.2009.2.00.0000, aplicou aos impetrantes pena de aposentadoria compulsória, nos termos do art. 56, inc. II, da LOMAN.

4. Quando do julgamento conjunto dos agravos regimentais interpostos nessas impetrações, a partir dos votos trazidos pelos eminentes Pares, manifestei-me pela concessão da segurança, nos seguintes termos:

“Permitam-me fazer só breves considerações.

Primeiro, registrar que estamos diante de um fato judicialmente, em termos criminais propriamente ditos, consumado em relação aos juízes auxiliares que são aqui referidos, tanto o Senhor Antônio Horácio da Silva Neto como o Senhor Marcos Aurélio Reis Ferreira, ambos absolvidos com fundamento no art. 386, IV, do Código de Processo Penal, em função de, na dicção do julgado, estar provado que os réus, no caso, não concorreram para o crime. Então, esse é um dado da realidade, e eu não posso me furtar a esse dado da realidade. Muito embora, analisando com mais detenção os casos, eu não considero que

esse fundamento seria o melhor fundamento ou o fundamento mais adequado.

Talvez, não haver prova suficiente da concorrência para a prática da infração estaria, na minha modesta visão, mais consentâneo aos elementos dos próprios autos. Mas o fato é que o dado da realidade está posto.

Em função desse dado da realidade, eu adiro à tese que foi trazida, em um primeiro momento, pelo e. Ministro Gilmar Mendes. E, a partir dele, em relação às juízas Maria Cristina Oliveira Simões, Graciema Ribeiro de Caravellas e Juanita Cruz da Silva Clait Duarte, sequer foram abertas ou instauradas as ações penais correspondentes. Então, sequer se verificou, por parte do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, que haveria indícios mínimos de autoria e materialidade a justificar a denúncia criminal.

Ou seja, se em relação àqueles sobre os quais se pesou uma denúncia e houve toda uma instrução criminal para, depois, proclamar-se um julgamento final, em seara criminal, o dado da realidade impõe a revisão do julgado feito pelo CNJ no âmbito dos processos administrativos, penso, com mais razão, haveria em relação a essas juízas, como já bem apontado por Suas Excelências nos respectivos votos.

É bem verdade que remanescem - penso que o e. Ministro Gilmar Mendes trouxe isso no seu voto -, remanescem algumas condutas, que Sua Excelência chamou de acessórias. E revendo, aqui, a descrição dessas condutas, no próprio resultado final do processo disciplinar, que teve a condução do Ministro Yves Gandra, de fato penso que são condutas acessórias: participar de reunião etc., etc., etc., numa determinada comarca, o que não consubstanciaria, por si só, em crime, essas condutas.

Então, nesse sentido, eu acompanho a divergência, vamos dizer assim, que foi trazida, num primeiro momento, pelo Ministro Gilmar Mendes."

5. O caso em tela em nada se diferencia das hipóteses tratadas nesses julgados, especialmente porque, como pontuou o eminente Relator em seu voto, "*em relação ao impetrante não se tem notícia, quer da instauração de inquérito e da consequente ação penal, quer da abertura de inquéritos civis pelo Ministério Público estadual*".

6. Assim, diante desse cenário verificado em relação ao impetrante, **mantenho a linha de entendimento que consignei nos julgamentos acima referidos e acompanho o eminente Relator.**

É como voto.

Ministro **ANDRÉ MENDONÇA**

Plenário Virtual - minuta de voto - 20/10/2023